

CAIXA ESTADUAL

Governo lança PAC da Saúde para atrair governadores

O programa prevê R\$ 89 bilhões em investimentos para os próximos quatro anos

KARLA CORREIA
BRASÍLIA

A apresentação do PAC da Saúde, lançado ontem no Palácio do Planalto, teve a mira apontada para os caixas dos governos estaduais. Com a promessa de reestruturar o sistema de saúde pública e implementar um parque

industrial voltado para equilibrar a balança comercial do setor farmacêutico, o programa prevê R\$ 89 bilhões em investimentos para os próximos quatro anos. Dos quais, R\$ 5,4 bilhões seguem para os Estados da região Norte, R\$ 19,6 bilhões para o Nordeste, R\$ 5,2 bilhões para a região Centro-Oeste, R\$ 11 bilhões para o Sul e R\$ 31,7 bilhões para o Sudeste, onde estão os governadores tucanos com maior poder de fogo para virar votos no Senado: Aécio Neves (MG) e José Serra (SP).



YEDA CRUSIUS

Governadora do Rio Grande do Sul

Os recursos, distribuídos em sete eixos de ação que vão desde a atenção básica à saúde até projetos de cooperação internacional para a transferência de tecnologias no setor, financiarão a criação de 132 Unidades de Pronto atendimento em saúde, voltadas para diminuir o fluxo de pacientes nas emergências dos grandes hospitais da rede pública.

As unidades serão integradas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) que, na promessa do governo, será universalizado em 2010 com a aquisição de 4 mil novas ambulâncias nesse período. O programa também prevê a recomposição da tabela de serviços do Sistema Único de Saúde ao custo de R\$ 5 bilhões.

Do total de investimentos pre-

vistos no programa, R\$ 64,6 bilhões estão contidos no Plano Plurianual. Os R\$ 24 bilhões restantes são vinculados ao aumento do repasse de recursos da CPMF à Saúde previsto no projeto que regulamenta a Emenda 29, que disciplina a aplicação de verba da União, Estados e municípios no setor. Aí está o gancho para o governo seduzir os Estados a trabalhar pela aprovação da CPMF no Senado: sem a receita gerada pelo tributo, governos estaduais e prefeituras não terão como cumprir as novas exigências que normatizam a aplicação de 12% dos orçamentos dos Estados e 15%, no caso dos municípios, no custeio da saúde pública.

"Sem a CPMF e com a Emenda 29, ao menos uns 10 Estados entrarão em crise financeira", prevê a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), uma das principais intermediadoras do diálogo entre governo e oposição na disputa em torno da prorrogação do tributo. "Se há um caminho de negociação eu vou estar completamente envolvida nesse trabalho. A aprovação da CPMF é fundamental para a sobrevivência financeira dos Estados", concluiu.